

RAÇA OU CLASSE?
EDISON CARNEIRO: UM INTELLECTUAL COMUNISTA EM BUSCA DAS ORIGENS AFRICANAS DO
PROLETARIADO BRASILEIRO.

Luiz Elias Sanches
Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ

Normalmente identificado como “folclorista” Edison Carneiro, na verdade, não pode ser encaixado na concepção que, em geral, acompanha essa denominação em nossos dias. Ele foi um intelectual que dedicou seus esforços ao estudo do folclore, sim, mas pesquisou e estudou as manifestações culturais de origem popular, tentando compreendê-las dentro do contexto social mais amplo, como suporte de uma certa sociabilidade, e não como fenômenos pitorescos e isolados.

Edison carneiro participou, junto com Jorge Amado, João Cordeiro, Clóvis Amorim, Dias da Costa, Sosígenes Costa e Alves Ribeiro, entre outros, do movimento de renovação cultural batizado de *Academia dos Rebeldes*. Seu interesse pelos temas relacionados aos cultos populares de origem africana, e em geral, pelo folclore e pela cultura popular, data do início dos anos de 1930, e pode ser compreendido como parte de um processo de radicalização política da aproximação do modernismo com as manifestações culturais populares.

Edison Carneiro foi um dedicado militante da cultura afro-brasileira. Participou do encontro do samba, em 1962 e foi o redator da carta do samba; já tinha, em 1951 redigido a carta do folclore brasileiro. Entre outras coisas, foi um dos articuladores da fundação, em 1937, da União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia e foi o organizador do Congresso: *O Negro no Brasil*.

Esta sua militância (na cultura negra e no movimento comunista), remete-nos às características necessárias ao “novo intelectual”, de acordo com a definição de Gramsci, para quem

“O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, já que não apenas orador puro — mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político).” (2001b: 53)¹

Aliás, para a compreensão do papel desempenhado por Edison Carneiro, é importante o conceito de intelectual orgânico, entendido como, nas palavras de Gramsci, membro de uma camada de intelectuais, nascida de um grupo social específico, e que fornece ao seu grupo social “homogeneidade e consciência da própria função” (obra citada: 15).

O papel de Edison Carneiro pode ser interpretado à luz do conceito de intelectual orgânico não apenas por sua produção intelectual, digamos, individual, mas principalmente por sua militância partidária.

O partido político, ainda nas palavras de Gramsci, para alguns grupos sociais é “o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos... dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva;” (obra citada: 24).

O momento em que desponta o interesse de Edison Carneiro pelos temas relacionados ao negro brasileiro é o mesmo em que, após um forte movimento de estímulo à entrada de imigrantes europeus no Brasil para substituir o trabalho escravo, começa a ocorrer uma maior absorção da mão de obra dos negros nas atividades econômicas urbanas. É um período em que há uma aceleração da industrialização e da urbanização em nosso país, que necessita ampliar seu proletariado urbano, mas é também o início de um novo modelo político, que inaugura uma nova relação com “os de baixo”, relação que implica na formação

de um proletariado urbano nacional, gradativamente reduzindo a entrada do trabalhador europeu.

A este propósito, é interessante nos remetermos ao segundo capítulo de “Ladinos e crioulos”: *Os trabalhadores da escravidão*. O capítulo começa listando as diferentes categorias de escravos: negro de campo, negro de ofício, negro doméstico, negro de aluguel e negro de ganho. Carneiro busca identificar nos escravos de ofício, especializados, aqueles que para ele, se constituem em um *escalão superior da massa escrava*. No fim conclui: “A escravidão proporcionou a cada qual dêses tipos de trabalhadores, oportunidades diversas de ascensão social, ao tempo em que preparava a massa inicial de que — como o demonstram os dados do recenseamento de 1872 — se forjaria, no futuro, o proletariado nacional.”²

A perspectiva deste trabalho é a de que Edison carneiro — intelectual vinculado aos comunistas — não estudava a cultura negra por mero diletantismo. Gramsci, na Introdução ao Estudo da Filosofia, nos *Cadernos*,³ fala na necessidade e na possibilidade de se encontrar e valorizar os elementos progressistas no amálgama que é o senso comum, a “sabedoria popular”. Uma hipótese deste trabalho é que a preocupação fundamental de Edison carneiro era a de, a partir da *sabedoria popular*, da cultura negra, identificar os elementos mais avançados de uma visão de mundo própria daquela parcela excluída da sociedade que estava, cada vez mais, constituindo o operariado brasileiro. Dessa forma podemos interpretar sua análise da cultura Nagô — para ele mais avançada — como pólo de atração e superação das outras culturas negras, especialmente a dos negros Bantos.

O contexto em que se dá o surgimento do interesse de Edison Carneiro pelas questões que estarão presentes durante toda a sua vida intelectual, sugere a hipótese de que o que ele buscava, na verdade, era o conjunto dos traços culturais que pudessem cimentar valores identitários daqueles que, cada vez mais, compunham o proletariado brasileiro: os negros.

A obra de Edison Carneiro deve ser compreendida em sua complexidade contraditória, dentro do contexto em que foi produzida. Nosso autor, durante boa parte de sua vida, foi um intelectual vinculado ao Partido Comunista Brasileiro. No entanto, sua produção intelectual

não era incorporada nas discussões partidárias. O mesmo fenômeno pode ser notado em relação a outros intelectuais “marginais” dentro do partido, como Caio Prado júnior e Leôncio Basbaum. Porém, diferente daqueles autores, Edison Carneiro recebeu um tratamento mais tolerante de seu partido e, durante um longo período teve seus textos acolhidos pelas publicações comunistas. Essa tolerância, muito provavelmente, se deve ao fato de que nosso autor não se confrontava com o PCB nas questões de estratégia e tática política, como seus dois famosos correligionários.

Porém, a relação do partido com sua obra não passava da tolerância. Da mesma forma que os outros dois aurores citados, suas obras não constavam dos programas de estudos para formação de quadros do partido e não exerceram papel relevante na formulação da política partidária. Qual a causa desse ostracismo partidário de nosso personagem?

Parece que ocorreu com Edison Carneiro o mesmo que com Mariategui, que ao procurar estudar o lugar específico da etnia indígena nas relações sociais no Peru deu uma contribuição originalíssima ao marxismo, mas exatamente pela originalidade, não foi compreendida pelos marxistas de seu tempo. Tudo indica que nosso autor não conseguiu romper a postura indiferente do partido em relação à discussão étnica.

O próprio Edison Carneiro foi, mais de uma vez, porta-voz daquela postura. Isso ocorreu, por exemplo, na mesa-redonda promovida em 1968 pela Editora Cadernos Brasileiros, por ocasião dos oitenta anos da abolição, onde nosso autor-personagem defendeu a idéia de que a organização de movimentos exclusivamente de negros era uma cópia de modelos dos Estados Unidos, onde a relação do negro com o restante da sociedade, tradicionalmente segregacionista, era extremamente diferente da que ocorria no Brasil. Afirma em seguida que havia uma tendência ao crescimento do racismo no Brasil, na medida em que o negro vinha ocupando espaços até então reservados aos brancos. Era preciso estar preparados para o previsível crescimento do racismo. Mas como?

“Não creio que esta preparação se deva fazer no sentido de falarmos do negro e criarmos organizações do negro, etc... Porque isso vai constituir mais um fator de

preconceito, mais um fator de conflito do que outra coisa. Pelo contrário, na medida em que o negro for um elemento do povo brasileiro, na medida em que o negro lutar ombro a ombro com o povo brasileiro, como povo brasileiro, contra as injustiças, contra as safadezas, contra as distorções da vida civilizada, tanto mais há a possibilidade de se combater esses preconceitos.”⁴

Essa posição de Carneiro rendeu-lhe, nesse debate, uma acalorada polêmica com Abdias do Nascimento, que acusou-o, entre outras coisas, de conformista e de defensor da “branqueificação” do negro. Ela é um desdobramento da idéia de que o motor da história é a luta de classes e, diante desse fator determinante, as demais questões — étnicas, de gênero, culturais, deixam de ser importantes.

No entanto, apesar dessa profissão de fé comunista, a prática do dia a dia de suas pesquisas empíricas, acaba por relativizar aquele ponto de vista. Na verdade, o que Edison Carneiro fez durante a maior parte de sua vida intelectual foi falar do negro, de sua cultura, de suas tradições, de sua religiosidade, de sua vida.

Os grupos étnicos são coletividades de pessoas que participam de alguns padrões de comportamento normativo e fazem parte de uma população maior, interagindo com pessoas de outras coletividades dentro de um sistema social global. Mais do que isso, não apenas têm características diferentes, mas também ocupam posições diferentes na sociedade. As diferenças étnicas (sejam elas rotuladas de culturais, nacionais, raciais ou outras) são manipuladas no sentido de organizar as relações sociais. O que é chamado de étnico, no nível da manipulação, serve como símbolo para justificar outras diferenças sociais. Edison Carneiro, apesar de seu ponto de vista expresso, exclusivamente “classista” — na concepção pecebista de então — intuiu o vínculo entre capitalismo e diferenças raciais.

Todo o seu trabalho aponta no sentido de, através da valorização da origem negra da cultura brasileira e do combate ao racismo, valorizar o negro, ao qual a sociedade reserva um lugar subordinado. Esta seria uma forma de superar os obstáculos impostos pelas

diferenciações nacionais e étnicas à construção de uma identidade mais unitária da classe trabalhadora

Para manter a posição de subordinação do povo brasileiro, mestiço, uma das estratégias utilizadas foi a de negar suas identidades, dificultando, dessa forma, a criação de laços de solidariedade, apostando na divisão. Para isso, recorreu-se à desvalorização dos diferentes elementos da cultura de origem africana, especialmente as religiões afro-brasileiras. Esse recurso, que Bourdieu chama de “violência simbólica” consiste em justificar a dominação aos olhos dos próprios dominados convencendo-os da superioridade cultural dos dominadores, através da depreciação da cultura dos “de baixo”. Assim, a única forma de ascender na escala civilizacional seria abrir mão de sua cultura e adotar plenamente a dos dominadores, incluindo aí sua visão de mundo e de sociedade e, conseqüentemente, de hierarquia social.

Em seu livro “Negociação e Conflito”, Reis e Silva demonstram como era estratégico para as classes dominantes, a manutenção das divisões entre os setores subalternos. As especificidades das condições particulares de Pretos, crioulos, ladinos, libertos, mulatos e brancos pobres eram manipuladas com o objetivo de evitar a identidade comum dos explorados. Manter a separação entre aqueles diferentes segmentos era vital. Isso explica o espanto com que o Juiz Antônio Guimarães, na década de 1820, denuncia a liberalidade do Juiz de Paz da freguesia do Engenho Velho, que permitia a realização de festas, nas quais compareciam “pessoas de várias cores.” A segregação era peça fundamental da dominação, tanto no império, quanto na época em que Edison Carneiro produzia sua obra. Ele percebeu que combater a segregação era, portanto, fundamental para quem quisesse lutar contra a dominação de classe.

Como a discussão proposta pelo nosso autor pressupõe uma relação de subordinação, que se expressa na cultura, sua obra permite pensarmos sobre as formas em que essa dominação se efetua. Um conceito útil para isso é o de hegemonia, proposto por Gramsci, isto é, entendida como um dos componentes da dominação de classes, sob a forma de persuasão, normalmente indireta, que se articula com outros componentes, em

especial o uso da força. Outro aspecto importante é que, na teoria gramsciana, a hegemonia é entendida como objeto de disputa entre as classes fundamentais da sociedade.

Assim, vemos que, na prática, Edison Carneiro percebe a importância do folclore, “experiência humana organizada em cultura”, dentro do sistema de dominação de classes, e isso apesar de expressar verbalmente uma posição, em relação à questão do negro, eminentemente “classista”. Não é à toa que, intelectual comunista, dedica sua vida ao estudo da cultura negra em suas diferentes formas de manifestação.

Notas

¹ Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In *Cadernos do Cárcere* vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

² Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

³ Volume 1, São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

⁴ Vários, *80 anos de Abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968.